

## • Política

GOVERNO

# Uma ação que provocou sobressaltos no Congresso Nacional

23 OUT 1987

GAZETA MERCANTIL

por Andrew Greenlees  
de Brasília

Logo após a abertura da sessão de ontem da Comissão de Sistematização da Constituinte, o deputado Paulo Pimentel (PFL-PR) leu a nota do capitão Luis Fernando Valter de Almeida, que ocupou a prefeitura e a Câmara de Apucarana, norte do Paraná. O deputado José Genoíno, do PT paulista, pediu que o presidente em exercício da Comissão, deputado Brandão Monteiro, procurasse obter maiores informações e declarasse estar a Constituinte em funcionamento permanente. Monteiro rejeitou este segundo pedido, alegando tratar-se de competência da presidência da Constituinte.

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, deixou o plenário em seguida. Quando voltou, fez o seguinte relato: "Ocorreu um fato isolado, contornado. O capitão está preso. Não haverá desdobramento. O presidente da República me assegurou que o Brasil está absolutamente tranquilo".

Outro membro do PMDB, o líder em exercício na Constituinte, deputado Euclides Scalco, disse à editora Cecília Pires que o episódio "deve deixar todos os líderes políticos preocupados com os problemas do País. É importante que se corrijam as injustiças salariais, não apenas entre os militares, como em todas as camadas da população".

CONSTITUINTE

## Aprovados "royalties" para estados e municípios

por Andrew Greenlees  
de Brasília

Estados e municípios passam a ter participação no resultado da exploração econômica de todos os recursos naturais existentes em seus territórios, além dos encontrados no subsolo, na plataforma continental e no mar territorial, caso o plenário da Constituinte confirme a decisão tomada ontem pela Comissão de Sistematização. Atualmente, esse dispositivo incide apenas sobre o petróleo e o gás natural.

Na primeira votação, os parlamentares mantiveram por 87 votos a 5 o artigo do projeto apresentado pelo relator Bernardo Cabral que trata da questão. A seguir, por 80 votos a 11 aprovaram emenda do deputado Prisco Viana (que participou da sessão pela última vez, antes de assumir o Ministério do Desenvolvimento Urbano), incluindo a expressão "e órgãos da administração direta da União" ao lado de estados e municípios.

O próprio Prisco Viana explicou: da forma como estava, a redação eliminava a alíquota de 1% sobre a exploração de petróleo destinada à Marinha brasileira, "que tem grandes programas de apoio à Petrobrás". Ainda segundo o deputado, os royalties recebidos pela Marinha, órgão da administração direta, também são aplicados no reaparelhamento da esquadra brasileira.

A aprovação do dispositivo gerou protestos. O deputado José Lins, do PFL do Ceará, argumentou que o artigo "estatizará as atividades extrativas e será nocivo à iniciativa privada". Já o deputado José Serra (PMDB-SP) sustentou que a participação nos resultados da exploração deveria restringir-se ao petróleo e ao gás natural, como ocorre atualmente.

Segundo Serra, o texto de Cabral levará à criação de um "sistema tributário paralelo", pois abre a possibilidade de estados e municípios participarem dos resultados da agricultura e da pesca, por exemplo, pois o termo "recursos naturais" é "extraordinariamente amplo". Somados a estas alíquotas estarão os tributos propriamente ditos, estabelecidos no capítulo adequado.

O deputado paulista alertou ainda para a perda de recursos da União, com a transferência aos estados e municípios, e o aumento da carga tributária sobre a iniciativa privada, com o conseqüente repasse para os preços.

O texto aprovado pela Comissão de Sistematização determina que a legislação ordinária regule os mecanismos da participação nos resultados da exploração econômica dos recursos naturais. Os royalties do petróleo pagos atualmente são previstos em lei aprovada pelo Congresso Nacional.

## Ulysses encontra-se com empresários, em Brasília

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), e o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, tiveram uma reunião ontem com presidentes de federações estaduais da indústria na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O encontro foi a portas fechadas, mas de acordo com o presidente da CNI, senador Albano Franco (PFL-SE), os empresários centram o diálogo na "insatisfação" do setor quanto à aprovação, pela Comissão de Sistematização, do parágrafo que reza a estabilidade no emprego.

Depois da reunião, segundo informou a EBN, o deputado Ulysses Guimarães revelou que a questão somente poderá ser alterada pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte — instância posterior à Comissão de Sistematização — e que só ele tem poder para tanto. Mas admitiu que esse, como outros assunto, pode fazer com que representantes de trabalhadores e de empresários cheguem a um entendimento, ou "vamos abrir esta oportunidade para uma conversa, e espero que ela resulte proveitosa para todos".

Ulysses disse que quarta-feira esteve com trabalhadores e ontem com empresários, o que demonstra sua imparcialidade no trato da questão. afirmou que nas duas ocasiões a estabilidade foi o centro das conversas, além de outros temas de caráter social, mas acredita que o assunto tem de ser tratado entre as classes: Os partidos políticos podem apenas ajudar na busca de entendimento.

A mesma linha de pensamento foi expressada pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). Ele disse que a defesa da proibição de demissão imotivada, conforme está no segundo substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), é fruto de diferentes conversas com sindicatos representativos de todos os setores, e argumentou: "Agora, só podemos mudar se houver negociação direta entre os trabalhadores e empresários, não cabe a nós".

## Impasse sobre a solução para o término do prazo

A Comissão de Sistematização tem até o próximo dia 28 para concluir a votação do substitutivo Bernardo Cabral. Como as possibilidades para a votação de toda a matéria até aquela data são pequenas, as articulações para se encontrar uma saída para o impasse aumentou. Ontem, o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, reuniu-se em seu gabinete com algumas lideranças do

seu partido para discutir o assunto.

O senador José Richa (PMDB-PR), segundo informou a agência EBN, disse que a conversa com o deputado Ulysses Guimarães foi uma tentativa de se encontrar uma solução para o impasse que surgira com o término do prazo para a votação do substitutivo na Sistematização. No entanto, ao final do encontro, não se chegou a uma definição sobre a questão.